

OPTIMIZE PORTUGAL GOLDEN OPPORTUNITIES FUND

FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO



RELATÓRIO E CONTAS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE

2021



OPTIMIZE

Investment Partners

Índice

1	Relatório de Gestão	3
1.1	Enquadramento geral da atividade em 2021	4
1.2	Características principais do Fundo	9
1.3	Evolução do fundo	10
2	Balanço e Demonstrações Financeiras	12
2.1	Balanço em 31 de Dezembro de 2021 e 2020	13
2.2	Contas Extrapatrimoniais em 31 de Dezembro de 2021 e 2020	14
2.3	Demonstração dos Resultados em 31 de Dezembro de 2021 e 2020	15
2.4	Demonstração dos Fluxos de Caixa 2021 e 2020	16
3	Divulgações	17
3.1	Divulgações anexas às Demonstrações Financeiras	18
4	Certificação das Contas.....	24

| 1 RELATÓRIO DE GESTÃO

1.1 Enquadramento geral da atividade em 2021

MERCADOS FINANCEIROS EM 2021

VACINAÇÃO EM MASSA PERMITE RETOMA DA NORMALIDADE

O ano de 2021 foi marcado pela vacinação em massa e pela retoma da normalidade. A reabertura da economia aliada às fortes injeções monetárias por parte dos bancos centrais e estímulos governamentais já se fazem sentir no aumento da procura, bem acima da capacidade de a oferta acompanhar esta dinâmica, o que tem levado ao estrangulamento das várias cadeias de abastecimento, e justifica os atuais picos inflacionistas. Por um lado, os bancos centrais, vão assumindo que os níveis da inflação são transitórios, por outro, os mercados e os seus analistas interpretam que a inflação deverá ser mais duradoura, o que irá obrigar as autoridades monetárias anteciparem a retirada dos estímulos monetários. Já mais no final do ano, o surgimento de uma nova variante, a *Omicron*, levou vários governos apertar as restrições na tentativa de estancar esta nova vaga até que sejam conhecidos os seus estudos clínicos e a eficácia das vacinas. Apesar deste cenário nebuloso reavivar os tempos do início da pandemia, consideramos pouco provável que venha a ter as mesmas repercussões nos mercados. As vacinas já demonstraram que reduzem drasticamente o número de hospitalizações e já existem comprimidos que permitem curar as infeções para os casos mais críticos. Além do mais, as próprias pessoas já estão melhor adaptadas aos novos hábitos de cuidados e higiene pessoal, assim como melhor preparadas para o trabalho à distância.

EUA

Nos EUA, já mais no final do ano, J. Powell foi nomeado para um novo mandato na presidência da FED e traçou um compromisso mais acelerado para o *tapering*. Pela primeira vez, assumiu que a inflação, nos 6.8%, valor mais elevado dos últimos 40 anos e nada comum nas economias mais avançadas, não é meramente transitória e para estancá-la, iriam iniciar a discussão acerca do ritmo de subidas da taxa de juro diretora e assim foi. No seguimento destas declarações, na última reunião do ano, foi revelada a *dot plot* dos seus membros que já indicia 3 subidas da taxa de juro ao longo do próximo ano e o plano de compras mensais deverá terminar em março de 2022, ou seja, antecipam o seu término em 3 meses face ao anteriormente planeado. Medidas que visam combater a inflação e estimular o crescimento económico.

O investimento de \$1 trillion em infraestruturas, vai finalmente arrancar incidindo sobretudo na construção e remodelação de vias de comunicação, expansão dos serviços de banda larga em muitas regiões que evidenciaram carências de acesso à internet durante a pandemia e em infraestruturas que permitam acelerar a transição energética. Realço ainda para as eleições intercalares de novembro do próximo ano. Segundo as últimas projeções, muito embora o cenário não seja muito favorável às pretensões da administração Biden, esta reitera como principal objetivo a manutenção da maioria na Casa dos Representantes e do Senado, ou pelo menos numa das câmaras.

EUROPA

A inflação na zona euro é o tema quente da atualidade, situando-se nos 4.9%, valor mais elevado desde a introdução do euro. Estes números refletem a subida do preço das matérias-primas, impulsionada sobretudo pela subida dos custos energéticos em 27%. Por enquanto, o BCE assume que estes picos inflacionistas são transitórios, fruto das disrupções em várias cadeias de abastecimento, da subida do custo das matérias-primas e da energia. É aguardado que estas disrupções sejam resolvidas e os preços estabilizem ao longo do próximo ano. O BCE, mais atrasado no *tapering* que o seu par americano, deverá ficar-se pela redução do plano de compras mensais a partir de

março de 2022, assim que o atual programa termine. A mexida nas taxas de juro ainda não deverá ser tema para 2022.

Em termos políticos, o grande destaque vai para as eleições presidenciais francesas com E. Macron, com uma ligeira vantagem na corrida para um 2.º mandato. O atual presidente francês, um europeísta, deverá enfrentar na 2ª volta Marine Le Pen ou E. Zemmour, que defendem políticas mais protecionistas, movimentos que tem vindo a ganhar popularidade no eleitorado francês.

JAPÃO

No Japão, mais de 80% da população está vacinada, o que está a permitir a retoma da atividade económica e corrigir as disrupções nas várias cadeias de abastecimento, minimizando o risco de estagflação, ou seja, de um crescimento económico inferior à inflação. A elevada inflação nos EUA, aliada ao elevado diferencial entre as taxas de juros dos 2 países, deverão permitir uma depreciação do iene face ao dólar, o que será um estímulo para as empresas exportadoras.

MERCADOS EMERGENTES

Os mercados emergentes tiveram um ano mais deprimido, em contraciclo com as economias desenvolvidas, sobretudo pressionados pelo Brasil e pela China. Do lado positivo, estiveram as ações indianas, com uma inflação mais controlada, atualmente nos 4.5% o que compara com os 7.6% registado em 2020. O PIB já superou os seus níveis pré-pandémicos, e o ano deverá terminar com um crescimento económico de 9.5%, sendo aguardado um crescimento de 8.5% para 2022. O aumento do consumo e a diminuição de casos Covid19, posicionam novamente a Índia, na liderança do crescimento global.

No Brasil, regressam os problemas que têm assolado o país há décadas, a instabilidade política. O ano de 2022, vai ser marcado pela campanha eleitoral e o regresso de Lula da Silva ao combate político, tentando afastar o atual Presidente da República, J. Bolsonaro.

Já na China, o aumento do peso regulatório, com a intervenção estatal sobre as instituições de ensino, que passaram a ser obrigadas a converterem em organizações sem fins lucrativos para minimizar a discrepância de acesso ao ensino, aumentou a desconfiança dos investidores. As empresas tecnológicas, especialmente as de vídeo jogos, por serem obrigadas a limitar os seus conteúdos a 3 horas de jogo por semana, como forma de contrariar o vício da população mais nova, também foram afetadas. Contudo consideramos que o risco de maior intervenção das autoridades chinesas deverá aligeirar, como forma de evitar a fuga do investimento privado na região, que terá o conseqüente impacto nas metas de crescimento.

Outro tema também relevante, que tem estado no foco das preocupações, é a iminente falência do colosso imobiliário chinês, Evergrande. Neste caso, consideramos que o risco esteja mais controlado, já que os grandes detentores da dívida estão no mercado doméstico. Se as autoridades locais permitissem uma falência descontrolada, a economia doméstica entraria em recessão e aí sim poderia impactar o comércio global.

CRESCIMENTO ECONÓMICO MUNDIAL (REAL E PREVISIONAL)

	2018	2019	2020	2021 (E)	2022 (P)
Mundo	3.60%	2.80%	-3.10%	5.90%	4.90%
Zona Euro	1.80%	1.30%	-8.30%	5.20%	4.30%
Alemanha	1.30%	0.60%	-6.00%	4.20%	4.60%
França	1.80%	1.50%	-9.80%	6.00%	3.90%
Itália	0.80%	0.30%	-10.60%	5.20%	4.20%
Espanha	2.40%	2.00%	-12.80%	7.20%	6.40%
Portugal	2.60%	2.20%	-10.00%	6.50%	5.10%
Estados Unidos	3.00%	2.20%	-4.30%	3.10%	5.20%
Canada	2.00%	1.70%	-7.10%	5.20%	4.90%
Japão	0.30%	0.70%	-5.30%	2.30%	3.20%
Reino-Unido	1.30%	1.50%	-9.80%	5.90%	5.00%
China	6.70%	6.10%	1.90%	8.20%	5.60%
India	6.10%	4.20%	-10.30%	8.80%	8.50%
Brasil	1.30%	1.10%	-5.80%	2.80%	1.50%
Rússia	2.50%	1.30%	-4.10%	2.80%	2.90%

Fonte: FMI

AÇÕES: FORTE RETOMA DA PROCURA NÃO COMPENSADA PELA OFERTA DISPONÍVEL

A reabertura da economia associada à maior elasticidade da procura face à oferta, acabou por criar algumas disrupções nas cadeias de abastecimento com muitas linhas produtivas e logísticas condicionadas, levando a inflação para patamares não observáveis nas últimas décadas. Esta dinâmica devolveu o crescimento à generalidade das empresas, com as empresas energéticas e indústrias na linha da frente do crescimento em 2021.

O Eurostoxx 50 terminou o ano com uma performance positiva de 21%. Países mais sólidos do ponto de vista económico e orçamental como a França e a Alemanha tiveram um comportamento distinto, mas também positivo, o CAC 28.9% e o DAX 15.8%. Os países periféricos, como Espanha, Itália e Portugal obtiveram 7.9%, 23% e 13.7%, respetivamente. Nos Estados-Unidos, as principais bolsas tiveram desempenhos bem positivos. O Nasdaq valorizou 21.4%, o S&P500 obteve 26.9% e o Dow Jones subiu 18.7%, com o dólar alavancar estes números com uma apreciação de 7.4% face ao euro.

No Japão, o Nikkei 225 avançou 4.9%.

No Reino-Unido, o FTSE 100 valorizou 14.3% no ano, alavancado em mais 6.3%, pela apreciação da libra face ao euro no mesmo período.

Os países emergentes, tiveram comportamentos antagónicos, com o Índice MSCI Emerging Markets a descer 4.6%, arrastado pela queda de 12% do índice brasileiro iBovespa e de 14% do índice de Hong Kong, a contrariar o índice BSE Sensex a refletir o bom momento da economia indiana com uma subida de 22%. Nos mercados fronteira, o índice MSCI Frontier Markets obteve uma subida de 2.2%.

PERFORMANCE DOS PRINCIPAIS ÍNDICES BOLSISTAS NO ANO 2021 (MOEDA LOCAL / EURO)

		Moeda Local	Euro
Brasil	BOVESPA	-11.9%	-11.0%
Rússia	MOEX	15.1%	24.9%
Estados Unidos	S&P 500	26.9%	36.2%
Austrália	ASX 200	13.0%	14.8%
Japão	NIKKEI 25	4.9%	2.1%
China	HANG SENG	-14.1%	-8.3%
Reino-Unido	FTSE	14.3%	21.7%
França	CAC 40	28.9%	28.9%
Alemanha	DAX	15.8%	15.8%
Zona Euro	EUROSTOXX 50	21.0%	21.0%
Espanha	IBEX 35	7.9%	7.9%
Portugal	PSI 20	13.7%	13.7%
Itália	MIB	23.0%	23.0%

Dados Bloomberg, moeda local / Euros

OBRIGAÇÕES: INFLAÇÃO A ACELARAR O TAPPERING

O mercado obrigacionista na Europa esteve suportado pelas taxas de juros nulas e pelos programas de compra de ativos, embora se projete de menores dimensões já a partir de março de 2022.

Já nos EUA, o *tapering* está mais avançado com o início da subida das taxas de juro já a partir de 2022. As taxas de juro de curto prazo deverão ser as mais impactadas, uma vez que as autoridades monetárias deverão continuar a monitorizar as taxas de longo prazo, para não asfixiar a solvabilidade financeira dos agentes económicos, leia-se empresas e famílias, mais endividados.

Posto isto, as yields das dívidas governamentais da Alemanha e França subiram para -0,2% e 0,2% refletindo os receios que os atuais níveis inflacionistas acima das projeções obrigue o BCE a iniciar mais cedo o *tapering*.

Nos Estados Unidos, o rendimento dos "Treasuries" americanos a 10 anos já refletem uma série de subidas da taxa de juro por parte da FED ao longo do não de 2022 passando de 0,9% para os 1,5%.

No Reino Unido, as yields terminaram o ano em 1%, perante os atuais picos inflacionistas que assolam sobretudo as economias desenvolvidas.

YIELDS DAS OBRIGAÇÕES DO TESOIRO A 10 ANOS

	31 de Dezembro de 2020	31 de Dezembro de 2021
Estados Unidos	0.9%	1.5%
Alemanha	-0.6%	-0.2%
França	-0.3%	0.2%
Itália	0.5%	1.2%
Espanha	0.0%	0.6%
Portugal	0.0%	0.5%
Grécia	0.6%	1.3%
Reino-Unido	0.2%	1.0%
Suíça	-0.6%	-0.1%

Dados Bloomberg

MATÉRIAS-PRIMAS: DISSIMETRIA OFERTA/PROCURA A IMPULSIONAR

O Índice S&P GS Commodity Index, indexante que reflete a performance das principais matérias-primas obteve uma performance de 37,1%, para este comportamento muito contribuiu a performance positiva de 55% do peso pesado petróleo. Ativos considerados de refúgio, o ouro e a prata tiveram um comportamento divergente, terminando o ano a desvalorizar 3,6% e 11,7% respetivamente.

DIVISAS: DEPRECIÇÃO DO EURO FACE AOS PRINCIPAIS PARES CAMBIAIS

No que diz respeito às divisas, o euro depreciou face aos seus principais pares cambiais. O dólar apreciou 7,4% face ao euro. A libra apreciou 6,3%, sendo a exceção o iene com uma depreciação de 3,6% face ao euro.

EVOLUÇÃO DAS MATÉRIAS-PRIMAS (YTD)

Nome	Índice	2021
Commodity	S&P GS Commodity Index	37.1%
Petróleo	WTI Crude Oil	55.0%
Ouro	Gold	-3.6%
Prata	Silver	-11.7%
Milho	Corn	22.6%
Cobre	Copper	26.8%
Alumínio	Aluminum	41.6%
Gas Natural	Natural Gas	54.2%
Soja	Soy beans	1.0%

Dados Bloomberg

DESEMPENHO DO FUNDO EM 2021

O fundo Optimize Portugal Golden Opportunities Fund iniciou a sua atividade a 31 de Dezembro de 2021, com o valor de Unidade de participação inicial de 10,0000€.

1.2 Características principais do Fundo

Entidade Gestora	Optimize Investment Partners SGOIC, S.A. Avenida Fontes Pereira de Melo n.º 21 4.º 1050-116 Lisboa Capital social de 450.771,71 € Contribuinte n.º 508 181 321
Início de Atividade do fundo	31 de Dezembro de 2021
Política de Rendimentos	Não distribui rendimentos
Comissão de Gestão	1,80 %
Comissão de Depositário	0,10 %(*)
Entidade Depositária	Banco de Investimento Global
Objetivo do fundo	O Objetivo do Fundo, enquanto fundo harmonizado multi-ativos, é proporcionar aos participantes a valorização do investimento a longo prazo através de um investimento balanceado em diversas classes de ativos líquidos com um foco predominante em Portugal, investindo pelo menos 60% do seu património em ações de sociedades sediadas em Portugal e pelo menos 80% do seu património em ações ou títulos de dívida de empresas sediadas em Portugal ou cotadas na Euronext Lisbon ou títulos de dívida pública emitidos pelo Estado Português ou outras entidades públicas.
Política de investimento	O fundo tem uma política de investimento diversificada, essencialmente através ações (ou obrigações convertíveis, ou fundos de ações) e títulos de dívida (pública ou privada), no âmbito dos limites de investimento definidos. O Fundo poderá ter uma exposição máxima aos mercados de ações até 100% do seu valor líquido global, assegurando direta ou indiretamente uma exposição de pelo menos 60% do seu valor líquido aplicado em ações.

(*) Valor máximo de 0,10% ao ano. Este valor pode ser de 0,09% ao ano caso os ativos sob gestão da Optimize custodiados no BiG sejam superiores a 150.000.000€.

1.3 Evolução do fundo

EVOLUÇÃO HISTÓRICA

O fundo não adota parâmetro de referência.

GRÁFICO DE EVOLUÇÃO DESDE INÍCIO DO FUNDO

Dado o fundo ter iniciado a sua atividade em 31 de Dezembro de 2021, não existe dados históricos suficientes.

PERFORMANCES, VOLATILIDADES E NÍVEIS DE RISCO DESDE INÍCIO DO FUNDO

Dado o fundo ter iniciado a sua atividade em 31 de Dezembro de 2021, não existe dados históricos suficientes.

ALOCAÇÃO DE ATIVOS

REPARTIÇÃO POR CLASSE DE ACTIVOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Repartição por Classe de Ativos	
Ações	0,0%
Obrigações do Estado	0,0%
Obrigações de Empresas	0,0%
Tesouraria	100,0%

Dado o fundo ter iniciado a sua atividade em 31 de Dezembro de 2021, a totalidade do seu património encontra-se nessa dada em liquidez.

REPARTIÇÃO GEOGRÁFICA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Repartição Geográfica	
Europa	100,0%
Global	0,0%
Emergente	0,0%
América do Norte	0,0%
Ásia e Pacífico	0,0%

PRINCIPAIS POSIÇÕES DO FUNDO

PRINCIPAIS POSIÇÕES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Dado o fundo ter iniciado a sua atividade em 31 de Dezembro de 2021, a totalidade do seu património encontra-se nessa dada em liquidez.

HISTÓRICO DE UNIDADE DE PARTICIPAÇÃO E CUSTOS

HISTÓRICO DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO NOS ÚLTIMOS 5 ANOS

Ano	VLG	UP em circulação	Valor UP
2021	651.000,00 €	65.100.00000	10.0000 €

Valores em 31 de Dezembro (ou em último dia útil de Dezembro)

O fundo iniciou a sua atividade em 31 de Dezembro de 2021, não apresentando por isso informação histórica anterior a 2021.

HISTÓRICO DE CUSTOS NOS ÚLTIMOS 3 ANOS

	2021
Comissão de Gestão	- €
Comissão de Depósito	- €
Custos de Transação	- €
Comissões suportadas pelos participantes	- €
Comissões de Subscrição	- €
Comissões de Resgate	- €
Proveitos	- €
Custos	- €
Valor Líquido Global	651.000,00 €

Dados em 31 de Dezembro de 2021

O quadro supra apresenta a evolução do Fundo no decorrer dos últimos três anos de atividade, no que concerne ao VLG, comissões suportadas pelo Fundo e pelos Participantes, bem como total de proveitos e custos.

O fundo iniciou a sua atividade em 31 de Dezembro de 2021, não apresentando por isso informação histórica.

FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

À data de conclusão deste relatório, e derivado das atuais circunstâncias, o Conselho de Administração encontra-se a acompanhar, de forma atenta o desenrolar da atual situação de conflito na Ucrânia e as suas possíveis repercussões que virá a ter na economia a nível nacional e mundial, que, nesta data, ainda não são possíveis antecipar com fiabilidade. A Optimize, enquanto sociedade gestora, irá manter o acompanhamento da evolução dos eventuais novos impactos que possam surgir ao longo de 2022, adotando medidas de minimização dos riscos tendo presente a dinâmica das circunstâncias macroeconómicas, através de uma gestão mais ativa da liquidez e da exposição ao mercado acionista.

Face ao exposto, consideramos que as circunstâncias excecionais acima apresentadas não colocam em causa a continuidade das operações e a solidez financeira do Optimize Portugal Golden Opportunities Fund - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto.

Pela Administração da Optimize Investment Partners SGOIC SA,
Lisboa, 22 de Abril de 2022

2 BALANÇO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Balanço em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

EUR							EUR				
Código	ATIVO	Nota	2021			2020	Código	CAPITAL E PASSIVO	Nota	2021	2020
			Ativo Bruto	+	-	Ativo líquido				Ativo líquido	
	Outros ativos										
32	Ativos fixos tangíveis das SIM		0,00	0,00	0,00	0,00	61	Capital do OIC			
33	Ativos intangíveis das SIM		0,00	0,00	0,00	0,00	62	Unidades de Participação	1	651.000,00	0,00
	Total de outros ativos das SIM		0,00	0,00	0,00	0,00	64	Variações Patrimoniais		0,00	0,00
	Carteira de títulos						65	Resultados Transitados		0,00	0,00
21	Obrigações		0,00	0,00	0,00	0,00	66	Resultados Distribuídos		0,00	0,00
22	Ações		0,00	0,00	0,00	0,00	67	Dividendos antecipados das SIM		0,00	0,00
23	Outros títulos de capital		0,00	0,00	0,00	0,00		Resultado líquido do exercício		0,00	0,00
2411	OICVM de obrigações		0,00	0,00	0,00	0,00		Total do capital do OIC		651.000,00	0,00
2412	OICVM de ações		0,00	0,00	0,00	0,00					
2414	OICVM de tesouraria		0,00	0,00	0,00	0,00	48	Provisões acumuladas			
2413	Outros OICVM		0,00	0,00	0,00	0,00	481	Provisões para encargos		0,00	0,00
25	Direitos		0,00	0,00	0,00	0,00		Total de provisões acumuladas		0,00	0,00
26	Outros instrumentos de dívida		0,00	0,00	0,00	0,00					
	Total da carteira de títulos		0,00	0,00	0,00	0,00					
	Outros ativos										
31	Outros ativos		0,00	0,00	0,00	0,00	422	Terceiros			
	Total de outros ativos		0,00	0,00	0,00	0,00	423	Rendimentos a pagar aos participantes		0,00	0,00
	Terceiros						424+...+429	Comissões a pagar		0,00	0,00
41+519-559	Contas de devedores		0,00	0,00	0,00	0,00	43	Outras contas de credores		0,00	0,00
421	Resgates pendentes de regularização		0,00	0,00	0,00	0,00	44	Empréstimos obtidos		0,00	0,00
	Total dos valores a receber		0,00	0,00	0,00	0,00	46	Pessoal		0,00	0,00
	Disponibilidades							Acionistas		0,00	0,00
11	Caixa		0,00	0,00	0,00	0,00		Total dos valores a pagar		0,00	0,00
12-43	Depósitos à ordem	3	651.000,00	0,00	0,00	651.000,00					
13	Depósitos a prazo e com pré-aviso		0,00	0,00	0,00	0,00		Acréscimos e diferimentos			
14	Certificados de depósito		0,00	0,00	0,00	0,00	55	Acréscimos de custos		0,00	0,00
18	Outros meios monetários		0,00	0,00	0,00	0,00	56	Receitas com proveito diferido		0,00	0,00
	Total das disponibilidades		651.000,00	0,00	0,00	651.000,00	58	Outros acréscimos e diferimentos		0,00	0,00
	Acréscimos e diferimentos						59	Contas transitórias passivas		0,00	0,00
51	Acréscimos de proveitos		0,00	0,00	0,00	0,00		Total de acréscimos e diferimentos passivos		0,00	0,00
52	Despesas com custo diferido		0,00	0,00	0,00	0,00					
58	Outros acréscimos e diferimentos		0,00	0,00	0,00	0,00					
59	Contas transitórias ativas		0,00	0,00	0,00	0,00					
	Total de acréscimos e diferimentos ativos		0,00	0,00	0,00	0,00					
	Total do Ativo		651.000,00	0,00	0,00	651.000,00		Total do Capital do OIC e do Passivo		651.000,00	0,00
	Número total de unidades de participação em circulação		65.100,00			0,00		Valor unitário da unidade de participação		10,0000	0,0000

2.2 Contas Extrapatrimoniais em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

EUR				EUR			
Código	DIREITOS SOBRE TERCEIROS	2021	2020	Código	RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS	2021	2020
	Operações Cambiais				Operações Cambiais		
911	À vista	0,00	0,00	911	À vista	0,00	0,00
912	A prazo (Forwards cambiais)	0,00	0,00	912	A prazo (Forwards cambiais)	0,00	0,00
913	Swaps cambiais	0,00	0,00	913	Swaps cambiais	0,00	0,00
914	Opções	0,00	0,00	914	Opções	0,00	0,00
915	Futuros	0,00	0,00	915	Futuros	0,00	0,00
	Total	0,00	0,00		Total	0,00	0,00
	Operações Sobre Taxas de Juro				Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)	0,00	0,00	921	Contratos a prazo (FRA)	0,00	0,00
922	Swap de taxa de juro	0,00	0,00	922	Swap de taxa de juro	0,00	0,00
923	Contratos de garantia de taxa de juro	0,00	0,00	923	Contratos de garantia de taxa de juro	0,00	0,00
924	Opções	0,00	0,00	924	Opções	0,00	0,00
925	Futuros	0,00	0,00	925	Futuros	0,00	0,00
	Total	0,00	0,00		Total	0,00	0,00
	Operações Sobre Cotações				Operações Sobre Cotações		
934	Opções	0,00	0,00	934	Opções	0,00	0,00
935	Futuros	0,00	0,00	935	Futuros	0,00	0,00
	Total	0,00	0,00		Total	0,00	0,00
	Compromissos de Terceiros				Compromissos com Terceiros		
942	Operações a prazo (reporte de valores)	0,00	0,00	941	Subscrição de Títulos	0,00	0,00
944	Valores recebidos em garantia	0,00	0,00	942	Operações a prazo (reporte de valores)	0,00	0,00
945	Empréstimos de títulos	0,00	0,00	943	Valores cedidos em garantia	0,00	0,00
	Total	0,00	0,00		Total	0,00	0,00
	Total dos direitos	0,00	0,00		Total das Responsabilidades	0,00	0,00
99	Contas de Contrapartida	0,00	0,00	99	Contas de Contrapartida	0,00	0,00

2.3 Demonstração dos Resultados em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

EUR					EUR				
Código	CUSTOS E PERDAS	Nota	2021	2020	Código	PROVEITOS E GANHOS	Nota	2021	2020
	Custos e Perdas Correntes					Proveitos e Ganhos Correntes			
	Juros e custos equiparados					Juros e proveitos equiparados			
711+...718	De operações correntes		0,00	0,00	812+813	Da carteira de títulos e outros ativos		0,00	0,00
719	De operações extrapatrimoniais		0,00	0,00	811+814+817+818	De operações correntes		0,00	0,00
	Comissões e taxas				819	De operações extrapatrimoniais		0,00	0,00
722+723	Da carteira de títulos e outros ativos		0,00	0,00		Rendimento de títulos e outros ativos			
724+725+726+727+728	Outras operações correntes		0,00	0,00	822+823+824+825	Da carteira de títulos e outros ativos		0,00	0,00
729	De operações extrapatrimoniais		0,00	0,00	829	De operações extrapatrimoniais		0,00	0,00
	Perdas em operações financeiras					Ganhos em operações financeiras			
732+733	Na carteira de títulos e outros ativos		0,00	0,00	832+833	Na carteira de títulos e outros ativos		0,00	0,00
731+734+738	Outras operações correntes		0,00	0,00	831+834+837+838	Outras operações correntes		0,00	0,00
739	Em operações extrapatrimoniais		0,00	0,00	839	Em operações extrapatrimoniais		0,00	0,00
	Impostos					Reposição e anulação de provisões			
7411+7421	Imposto sobre o rendimento de capitais e incrementos patrimoniais		0,00	0,00	851	Provisões para encargos		0,00	0,00
7412+7422	Impostos indirectos		0,00	0,00					
7418+7428	Outros impostos		0,00	0,00					
75	Provisões do exercício								
751	Provisões para encargos		0,00	0,00	87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes		0,00	0,00
77	Outros Custos e Perdas Correntes		0,00	0,00					
	Total dos custos e perdas correntes (A)		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>		Total dos proveitos e ganhos correntes (B)		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
79	Outros Custos e Perdas das SIM		0,00	0,00	89	Outros Proveitos e Ganhos das SIM		0,00	0,00
	Total dos outros custos e perdas das SIM (C)		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>		Total dos proveitos e ganhos das SIM (D)		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
	Custos e Perdas Eventuais					Proveitos e Ganhos Eventuais			
781	Valores incobráveis		0,00	0,00	881	Recuperação de incobráveis		0,00	0,00
782	Perdas extraordinárias		0,00	0,00	882	Ganhos extraordinários		0,00	0,00
783	Perdas imputáveis a exercícios anteriores		0,00	0,00	883	Ganhos imputáveis a exercícios anteriores		0,00	0,00
788	Outros custos e perdas eventuais		0,00	0,00	888	Outros proveitos e ganhos eventuais		0,00	0,00
	Total dos custos e perdas eventuais (E)		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>		Total dos proveitos e ganhos eventuais (F)		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
63	Imposto sobre o rendimento do exercício		0,00	0,00					
66	Resultado líquido do período (positivo)		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	66	Resultado líquido do período (negativo)		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
	TOTAL		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>		TOTAL		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
(8x2/3/4/5)-(7x2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos		0,00	0,00	F - E	Resultados Eventuais		0,00	0,00
8x9 - 7x9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais		0,00	0,00	B + D + F - A - C - E +74	Resultados Antes de Impostos		0,00	0,00
B - A	Resultados Correntes		0,00	0,00	B+D+F-A-C-E+7411/8+7421/8	Resultado Líquido do Período		0,00	0,00

2.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa 2021 e 2020

	EUR	
	2021	2020
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC		
Recebimentos:		
Subscrição de unidades de participação	651.000,00	-
Pagamentos:		
Resgates de unidades de participação	-	-
Fluxo das operações sobre unidades do OIC	<u>651.000,00</u>	<u>-</u>
OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS		
Recebimentos:		
Venda de títulos e outros ativos	-	-
Reembolso de títulos	-	-
Rendimento de títulos e outros ativos	-	-
Juros e proveitos similares recebidos	-	-
Outros recebimentos relacionados com a carteira	-	-
Pagamentos:		
Compra de títulos e outros ativos	-	-
Juros e custos similares pagos	-	-
Comissões de bolsas suportadas	-	-
Comissões de corretagem	-	-
Outras taxas e comissões	-	-
Outros pagamentos relacionados com a carteira	-	-
Fluxo das operações da carteira de títulos	<u>-</u>	<u>-</u>
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS		
Recebimentos:		
Operações cambiais	-	-
Operações sobre cotações	-	-
Margem inicial em contratos de futuros e opções	-	-
Outros recebimentos em operações a prazo e de divisas	-	-
Pagamentos:		
Operações cambiais	-	-
Operações sobre cotações	-	-
Margem inicial em contratos de futuros e opções	-	-
Outros pagamentos em operações a prazo e de divisas	-	-
Fluxo das operações a prazo e de divisas	<u>-</u>	<u>-</u>
OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE		
Recebimentos:		
Juros de depósitos bancários	-	-
Outros recebimentos correntes	-	-
Pagamentos:		
Comissão de gestão	-	-
Comissão de depósito	-	-
Juros devedores de depósitos bancários	-	-
Impostos e taxas	-	-
Outros pagamentos correntes	-	-
Fluxo das operações de gestão corrente	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldo dos fluxos de caixa do período	651.000,00	-
Disponibilidades no início do período	-	-
Disponibilidades no fim do período	<u>651.000,00</u>	<u>-</u>

| 3 DIVULGAÇÕES

3.1 Divulgações anexas às Demonstrações Financeiras

(Valores expressos em euros)

BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, mantido de acordo com o plano de contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecidos pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta instituição, no âmbito das competências que lhe são atribuídas através da Lei n.º 16/2015, de 24 de Fevereiro.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

ESPECIALIZAÇÃO DE EXERCÍCIOS

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercício, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do seu recebimento ou pagamento. Os juros de aplicações são registados pelo montante bruto na rubrica "Juros e Taxas".

VALORIZAÇÃO DA CARTEIRA DE TÍTULOS E DA UNIDADE DE PARTICIPAÇÃO

- a) O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do Valor Líquido Global pelo número de unidades de participação em circulação. O Valor Líquido Global é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira.
As 14h30 horas representam o momento relevante do dia para:
 - Efeitos de valorização dos ativos que integram o património do Fundo (incluindo instrumentos derivados) tendo em conta o critério escolhido para efeitos de valorização dos ativos que irão compor a carteira do Fundo;
 - A determinação da composição da carteira que irá ter em conta todas as transações efetuadas até esse momento.
- b) O valor das unidades de participação será publicado diariamente;
- c) Os ativos denominados em moeda estrangeira serão valorizados diariamente utilizando o câmbio indicativo dado pela Bloomberg.
- d) Contam para efeitos de valorização da unidade de participação para o dia da transação as operações sobre os valores mobiliários e instrumentos derivados transacionados para o OIC e confirmadas até ao momento de referência. As subscrições e resgates recebidos em cada dia (referentes a pedidos do dia útil anterior) contam, para efeitos de valorização da unidade de participação, para esse mesmo dia.
- e) A valorização dos valores mobiliários e instrumentos derivados admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação conhecida no momento de referência;
- f) Não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho conhecida, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização.
- g) Quando a última cotação tenha ocorrido há mais de 15 dias, os valores mobiliários e instrumentos derivados são considerados como não cotados para efeitos de valorização, aplicando-se o disposto na alínea seguinte.

- h) A valorização de valores mobiliários e instrumentos derivados não admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base nos seguintes critérios:
- o valor médio das ofertas de compra e de venda firmes ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e de venda, difundidas através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a entidade gestora, caso as mesmas se apresentem em condições normais de mercado. Caso não se verifiquem as condições referidas, a valorização terá em conta o valor médio das ofertas de compra;
 - Na impossibilidade de aplicação do referido acima, recorrer-se-á a modelos de avaliação utilizados e reconhecidos universalmente nos mercados financeiros, assegurando-se que os pressupostos utilizados na avaliação têm aderência a valores de mercado;
- i) Os valores representativos de dívida de curto prazo serão avaliados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.

REGIME FISCAL

O Decreto-Lei n.º 7/2015, de 13 de Janeiro, procedeu à reforma do regime de tributação dos Organismos de Investimento Coletivo (OIC), a qual foi aplicado a partir de 1 de Julho de 2015, nas seguintes condições:

- IRC nos OIC: os OIC passam a apurar um resultado fiscal, correspondente ao resultado líquido do exercício, o qual não deve considerar os seguintes rendimentos, e gastos ligados aos mesmos rendimentos de capitais (artigo 5.º do CIRS), rendimentos prediais (artigo 8.º CIRS) e mais ou menos-valias (artigo 10.º do CIRS), exceto se provenientes de paraísos fiscais, Rendimentos, incluindo os descontos, relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam para os OIC's. Os prejuízos fiscais podem ser deduzidos aos lucros tributáveis futuros, no prazo de 12 anos, com o limite (atual) de 70% do lucro. Sobre a matéria coletável é aplicada a taxa geral do IRC (atualmente, 21%). Os OIC estão isentos de derrama municipal e derrama estadual. Caso aplicável, é devida tributação autónoma sobre os encargos elegíveis, às taxas gerais. Não existe obrigação de efetuar retenção na fonte quanto aos rendimentos obtidos pelos OIC.
- IR aos Participantes: Retenção IR na fonte aos participantes aquando da distribuição ou resgate de rendimentos, às taxas atuais, no caso de participantes residentes, de 28% (pessoas singulares) e de 25% (pessoas coletivas). No caso de não residentes, se não residente num paraíso fiscal, está prevista uma isenção para os rendimentos de unidades de participação em Fundos de Investimento Mobiliário.
- Imposto de Selo: os OIC abrangidos pelo regime do novo 22.º do EBF são sujeitos passivos de imposto do selo, passando a haver tributação trimestral de 0,0125%, incidente sobre a média dos valores comunicados à CMVM ou divulgados pelas entidades gestoras, com exceção do valor de ativos relativos a UP de OIC abrangidos pelo novo 22.º do EBF.

NOTA 1 - NÚMERO DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO EMITIDAS, RESGATADAS E EM CIRCULAÇÃO NO PERÍODO EM REFERÊNCIA, BEM COMO A COMPARAÇÃO DO VLG E DA UP E FACTOS GERADORES DAS VARIAÇÕES OCORRIDAS:

NÚMERO DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO EMITIDAS, RESGATADAS E EM CIRCULAÇÃO EM 2021

	Saldo em 31.12.2020	Subscrições	Resgates	Distribuição de Resultados	Outros	Resultado líquido do exercício	Saldo em 31.12.2021
Valor base	0,00	651.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	651.000,00
Diferença para o valor base	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados acumulados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	651.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	651.000,00
Número de unidades de participação	0,00	65.100,00	0,00				65.100,00
Valor da unidade de participação	0,0000	10,0000	0,0000				10,0000

PARTICIPANTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

	Participantes em 31.12.2021
Superior a 25%	2
De 10% a 25%	2
De 5% a 10%	1
De 2% a 5%	0
De 0,5% a 2%	0
Inferior a 0,5%	1
Total	6

VALOR LÍQUIDO GLOBAL E NÚMERO DE UP

Ano	Meses	Valor Líquido Global	Valor da Unidade de Participação	Número de U.P.'s em circulação
2021	Dezembro	651.000,00	10,0000	65.100,00000

NOTA 2 - TRANSAÇÕES DE VALORES MOBILIÁRIOS NO PERÍODO

TRANSAÇÕES NO PERÍODO

Dado o fundo ter iniciado a sua atividade em 31 de Dezembro de 2021, a totalidade do seu património encontra-se nessa data em liquidez e ainda não se tinha efetuado qualquer transação.

SUBSCRIÇÕES E RESGATES

	Valor	Comissões Cobradas
Subscrições	651.000,00 €	- €
Resgates	- €	- €

NOTA 3 - INVENTÁRIO DA CARTEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

INVENTÁRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Dado o fundo ter iniciado a sua atividade em 31 de Dezembro de 2021, a totalidade do seu património encontra-se nessa dada em liquidez.

DISCRIMINAÇÃO DA LIQUIDEZ DO FUNDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Contas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos à ordem	0,00	651.000,00	0,00	651.000,00
Depósitos a prazo e com pré-aviso	0,00	0,00	0,00	0,00
Certificados de depósito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas de disponibilidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	651.000,00	0,00	651.000,00

NOTA 4 - CRITÉRIOS UTILIZADOS NA VALORIZAÇÃO DA CARTEIRA

Os critérios utilizados na valorização da carteira do OIC são descritos no parágrafo "Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas".

NOTA 5 - COMPONENTES DO RESULTADO DO OIC - PROVEITOS E CUSTOS

PROVEITOS E GANHOS

Não existem proveitos no exercício, dado o fundo ter iniciado a sua actividade em 31 de Dezembro de 2021.

CUSTOS E PERDAS

Não existem custos no exercício, dado o fundo ter iniciado a sua actividade em 31 de Dezembro de 2021 e os custos do periodo terem sido suportados (revisão oficial de contas, taxa de supervisão) pela Sociedade Gestora.

NOTA 6 – DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA

Não existem dívidas de cobrança duvidosa no exercício.

NOTA 7 - MOVIMENTOS DE PROVISÕES NO EXERCÍCIO

Não existem movimentos de provisões no exercício, pelo facto do Fundo Optimize Portugal Golden Opportunities Fund ser isento em sede de IRC no âmbito do nº1 do artigo 21º do EBF.

NOTA 8 - DÍVIDAS A TERCEIROS COBERTAS POR GARANTIAS REAIS

Não existem dívidas a terceiros cobertas por garantias reais em 31 de Dezembro de 2021.

NOTA 9 - IMPOSTOS SUPOSTADOS PELO OIC

IMPOSTOS SUPOSTADOS EM 2021 E 2020

Não existem impostos no exercício.

NOTA 10 - RESPONSABILIDADES DE E COM TERCEIROS A 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Não existem responsabilidades de e com terceiros em 31 de Dezembro de 2021.

NOTA 11 - QUADRO DE EXPOSIÇÃO AO RISCO CAMBIAL

Não existem posições cambiais em 31 de Dezembro de 2021.

NOTA 12 - QUADRO DE EXPOSIÇÃO AO RISCO TAXA DE JURO

Não existe exposição ao risco de taxa de juro em 31 de Dezembro de 2021.

NOTA 13 - QUADRO DE EXPOSIÇÃO AO RISCO DE COTAÇÕES

Não existe exposição ao risco de cotações em 31 de Dezembro de 2021.

NOTA 14 - QUADRO DE EXPOSIÇÃO AO RISCO DE DERIVADOS

EXPOSIÇÃO AO RISCO DE DERIVADOS A 31 DE DEZEMBRO DE 2021, 2020 E 2019

	2021	
VAR com derivados	- €	-
VAR sem derivados	- €	0,00%
VLG do Fundo	651.000,00 €	

Dados em 31 de Dezembro de 2021. Não incluem os anos anteriores uma vez que o fundo apenas iniciou a atividade a 31 de Dezembro de 2021.

NOTA 15 – TABELA DE CUSTOS

CUSTOS IMPUTADOS EM 2021

Custos	Valor	%VLG
Comissão de Gestão Fixa*		1,872%
Comissão de Depósito*		0,010%
Taxa de Supervisão		0,014%
Comissão da Autoridade da Concorrência		0,001%
Custos de Research		0,050%
Custos de Auditoria		0,019%
Imposto do selo		0,050%
Outros Custos Correntes		0,035%
Total		
Taxa Encargos Correntes (TEC)		2,051%

* Inclui o valor de imposto do selo

A Taxa de Encargos Correntes (TEC) refere-se ao valor estimado, dado o fundo estar em atividade há menos de um ano.

NOTA 16 – INDICAÇÃO E COMENTÁRIO DAS RUBRICAS DO BALANÇO, DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CUJOS CONTEÚDOS NÃO SEJAM COMPARÁVEIS COM OS DO PERÍODO ANTERIOR

Os valores e as rubricas do exercício atual não são comparáveis com os do exercício anterior, dado o fundo ter iniciado a sua atividade em 31 de Dezembro de 2021.

NOTA 17 - REMUNERAÇÕES DO EXERCÍCIO 2021

O OIC não pagou nenhuma comissão de desempenho durante o exercício, nem qualquer remuneração aos colaboradores da Sociedade Gestora, não estando prevista nenhuma comissão de desempenho como forma de remuneração da Sociedade Gestora e também não estando prevista qualquer remuneração aos colaboradores por parte do OIC.

Durante o exercício, foram pagas pela sociedade gestora as seguintes remunerações aos seus colaboradores:

	Número de Beneficiários	Remuneração Fixa	Remuneração Variável
Aos membros executivos dos órgãos sociais	2	79.575,84 €	38.790,13 €
Aos colaboradores cujas atividades têm um impacto significativo no perfil de risco do OIC	3	87.353,46 €	25.379,51 €
Aos outros colaboradores da Sociedade Gestora	16	281.591,48 €	77.955,40 €
Total	21	448.520,78 €	142.125,04 €

Essas remunerações foram calculadas conforme definido pelos contratos de trabalho e pela política de remuneração da Sociedade.

Durante o ano de 2021, não se detetaram irregularidades em matéria de remunerações, e também não se realizaram alterações significativas à política de remuneração.

EVENTOS SUBSEQUENTES AO EXERCÍCIO

À data de conclusão deste relatório, e derivado das atuais circunstâncias, o Conselho de Administração encontra-se a acompanhar, de forma atenta o desenrolar da atual situação de conflito na Ucrânia e as suas possíveis repercussões que virá a ter na economia a nível nacional e mundial, que, nesta data, ainda não são possíveis antecipar com fiabilidade. A Optimize, enquanto sociedade gestora, irá manter o acompanhamento da evolução dos eventuais novos impactos que possam surgir ao longo de 2022, adotando medidas de minimização dos riscos tendo presente a dinâmica das circunstâncias macroeconómicas, através de uma gestão mais ativa da liquidez e da exposição ao mercado acionista.

Face ao exposto, consideramos que as circunstâncias excecionais acima apresentadas não colocam em causa a continuidade das operações e a solidez financeira do Optimize Portugal Golden Opportunities Fund - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto.

O Contabilista Certificado

A Administração

4 CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS

Relatório de Auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Optimize Portugal Golden Opportunities Fund - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto (o "OIC") sob gestão sob gestão da Optimize Investment Partners – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. ("Entidade Gestora"), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 651 000 euros e um total de capital do OIC de 651 000 euros, incluindo um resultado líquido de 0 euros), a Demonstração dos resultados, e a Demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as Divulgações anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Optimize Portugal Golden Opportunities Fund - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto, gerido pela Optimize Investment Partners – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis aos Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários em Portugal.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes do OIC nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme mencionado no ponto "Factos Relevantes após o Termo do Exercício" do Relatório de Gestão e no ponto "Eventos Subsequentes ao Exercício" das Divulgações anexas às demonstrações financeiras, nesta data não é possível antecipar as consequências que a situação atual de conflito na Europa e as consequentes sanções económicas impostas, poderão vir a ter na economia a nível nacional e mundial, e por consequência não é possível estimar com fiabilidade o impacto que esta situação poderá ter na futura situação financeira do OIC. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Disponibilidades	
Descrição da matéria relevante de auditoria	Descrição da matéria relevante de auditoria
<p>As disponibilidades, conforme discriminado na nota 3 das Divulgações anexas às demonstrações financeiras, representam, à data de 31 de dezembro de 2021, a totalidade do valor do ativo do OIC.</p> <p>Não obstante a ausência de julgamento por parte da Gestão associada a esta matéria, considerámos uma matéria relevante de auditoria face à materialidade dos valores envolvidos.</p>	<p>Por forma a darmos resposta aos riscos identificados, entre os procedimentos de auditoria realizados destacamos os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none">• Avaliação do sistema de controlo interno subjacente ao processo de reconciliações periódicas entre os saldos apresentados pelo Banco e os montantes relevados contabilisticamente;• Teste às reconciliações bancárias por referência a 31 de dezembro de 2021, o qual incluiu a confirmação dos montantes relevados contabilisticamente com os constantes nas respostas aos pedidos de confirmação externa de saldos, a essa data;• Avaliação sobre a adequação das divulgações do OIC considerando o referencial contabilístico aplicável.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis aos Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários em Portugal;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;

- adoção de políticas e critérios contábilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do OIC;
- avaliamos a adequação das políticas contábilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contábilísticas e respetivas divulgações feitas pelo Órgão de Gestão da Entidade Gestora;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo Órgão de Gestão da Entidade Gestora, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade Gestora descontinue as atividades do OIC;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora do OIC, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- declaramos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora do OIC que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quias as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores do OIC pelo Conselho de Administração da Entidade Gestora em 11 de novembro de 2021, com entrada em funções a partir da data de início da atividade do OIC (31 de dezembro de 2021), para um mandato compreendido entre os anos de 2021 a 2023;
- O órgão de gestão da Entidade gestora do OIC confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;



- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao Órgão de Fiscalização da Entidade Gestora do OIC em 30 de abril de 2022;
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao OIC e respetiva Entidade Gestora, se aplicável durante a realização da auditoria; e
- Informamos que, para além da auditoria, não prestámos ao OIC outros serviços permitidos por lei e regulamentos em vigor.

Sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo

Nos termos do n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pela Lei n.º 16/2015 de 24 de fevereiro, (republicado pelo Decreto-Lei n.º 144/2019, de 23 de setembro e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2020, de 7 de julho, pela Lei n.º 50/2020, de 25 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 72/2021, de 16 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 109-F/2021, de 9 de dezembro e pela Lei n.º 99-A/2021, de 31 de dezembro), devemos pronunciar-nos sobre o seguinte:

- O adequado cumprimento das políticas de investimentos e de distribuição dos resultados definidas no regulamento de gestão do Organismo de Investimento Coletivo;
- A adequada avaliação efetuada pela entidade responsável pela gestão dos ativos e passivos do Organismo de Investimento Coletivo, em especial no que respeita aos instrumentos financeiros transacionados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral e aos ativos mobiliários;
- O controlo das operações com as entidades referidas no n.º 1 do artigo 147.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- O cumprimento dos critérios de valorização definidos nos documentos constitutivos e o cumprimento do dever previsto no n.º 7 do art.º 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- O controlo das operações realizadas fora do mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral;
- O controlo dos movimentos de subscrição e de resgate das unidades de participação; e
- O cumprimento dos deveres de registo relativos aos ativos não financeiros, quando aplicável.

Sobre as matérias indicadas não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 30 de abril de 2022

Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Representada por Fernando Jorge Marques Vieira (Revisor Oficial de Contas nº 564 e registado na CMVM com nº 20160225)